



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Faculdade Nacional de Direito  
Programa de Pós-Graduação em Direito

### **ESPELHO DA PROVA**

**Questão 1) Estabelecendo uma correlação entre os textos 'Injustiça epistêmica' e 'Pensando como um negro', discorra sobre como as categorias de 'injustiça testemunhal' e 'injustiça hermenêutica', desenvolvidas por Miranda Fricker, podem ser potencializadas pelo formalismo jurídico hegemônico, tal como descrito por Adilson Moreira.**

#### **ESPELHO:**

A candidata deverá:

ITEM 1 – Conceituar injustiça testemunhal, tal como desenvolvido por Miranda Fricker

ITEM 2 – Conceituar injustiça hermenêutica, tal como desenvolvida por Miranda Fricker

ITEM 3 – Mostrar como as categorias de injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica se articulam, dentro da obra de Fricker, numa noção mais ampla, qual seja, a de injustiça epistêmica

ITEM 4 – Apresentar os elementos centrais do retrato do 'formalismo jurídico hegemônico', tal como desenvolvido por Adilson Moreira

ITEM 5 – Mostrar como a noção de injustiça epistêmica (em sua expressão mais ampla, e em seus desdobramentos, quais sejam, injustiça testemunhal e injustiça epistêmica) é perpetuada em virtude da pretensa neutralidade e objetividade do discurso jurídico hegemônico

NOTA EXPLICATIVA – a nota 5 (cinco) será atribuída para a questão que atenda a todos os itens do espelho, não se adotando como paradigma apenas a resposta certa ou errada, porém mais ou menos completa. A nota é aferida conforme a resposta enfrente a maior quantidade de pontos exigidos com correção e com mais profundidade. Serão considerados ainda na aferição a clareza, correção e organização da escrita.



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Faculdade Nacional de Direito  
Programa de Pós-Graduação em Direito

UFRJ

**Questão 2) De acordo com o texto “A imbricação entre maxiprocessos e colaboração premiada: o deslocamento do centro informativo para a fase investigatória na Operação Lava Jato”, explique o que o autor entende por “maxiprocessos”, os motivos pelos quais a Operação Lava Jato deslocou o centro informativo para a fase investigatória da persecução penal, como isso se relaciona com o sistema de processo penal inquisitório e qual o papel da imprensa nessa dinâmica.**

### ESPELHO:

A candidata deverá:

ITEM 1 – explicar que o autor vislumbra a existência de 5 características dos maxiprocessos: (1) cobertura midiática massiva; (2) o gigantismo processual; (3) a confusão processual; (4) a mutação substancial do modelo clássico de legalidade penal; (5) o incremento da utilização dos meios investigação ou obtenção de prova.

ITEM 2 – explicar cada uma dessas características. (A) sobre a cobertura midiática massiva, vide ITEM 9; (B) sobre o gigantismo processual explicar o aspecto vertical, horizontal e temporal; (C) sobre a confusão processual explicar o aspecto objetivo e subjetivo; (D) sobre a mutação substancial do modelo clássico de legalidade penal explicar o protagonismo do juiz na condução de persecução da pessoa do acusado e não mais do crime, a ontologização do crime; (E) sobre o incremento da utilização dos meios investigação ou obtenção de prova, distinguir meios de prova dos meios de investigação ou de obtenção de prova.

ITEM 3 – (A) esclarecer que a colaboração premiada foi base fundamental para o desenvolvimento da Operação Lava Jato; (B) que o então juiz Sergio Moro vislumbrou essa mecânica ao analisar a Operação Mani Pulite e afirmou que isso deveria ser reproduzido no Brasil.

ITEM 4 – esclarecer qual a natureza jurídica da colaboração premiada (meio de obtenção de prova) e o momento mais comum de sua produção (fase de investigação);

ITEM 5 – (A) esclarecer que existem compreensões sobre a colaboração premiada que a classificam como uma “americanização” por “transplante”, ao passo que outras a compreendem como uma “tradução” dos mecanismos negociais do direito norte americano (plea bargaining), (B) mas que a palavra do colaborador é revestida de “palavra da verdade”, fazendo com que a colaboração premiada se torne o eixo sobre o qual gira um novo regime de verdade.

ITEM 6 – esclarecer que a obrigatoriedade da confissão e de o colaborador produzir os elementos de corroboração, aproximam a colaboração premiada da lógica inquisitória, fundada sobre a confissão como a rainha das provas e a inversão do ônus probatório fundado na presunção de culpa.



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Faculdade Nacional de Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

ITEM 7 – indicar que a produção da colaboração durante a investigação afasta a incidência do contraditório, traço marcadamente acusatório e, também por isso, aproxima ainda mais a prática da Operação Lava Jato do sistema inquisitivo.

ITEM 8 – ponto fundamental para essa constatação foi a análise de dois casos específicos, nos quais as provas produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa na fase processual divergiram das informações prestadas em sede de investigação por meio da colaboração premiada, tendo o magistrado dado prevalência às informações colhidas na fase investigativa, a despeito de ter afirmado que a própria colaboração era desnecessária (demonstrando sua parcialidade objetiva).

ITEM 9 – (A) que nada disso seria possível sem que a imprensa alimentasse um interesse folhetinesco sobre os conteúdos das colaborações, cujas informações eram vazadas propositalmente para a imprensa, que fomentava o apoio da opinião pública para medidas abusivas, legitimando os mecanismos empregados pelas agências de persecução na Operação Lava Jato; (B) Essa cobertura massiva da imprensa ainda estabelecia a pauta de atuação dos agentes (agenda setting).

NOTA EXPLICATIVA – a nota 5 (cinco) será atribuída para a questão que atenda a todos os itens do espelho, não se adotando como paradigma apenas a resposta certa ou errada, porém mais ou menos completa. A nota é aferida conforme a resposta enfrente a maior quantidade de pontos exigidos com correção e com mais profundidade. Serão considerados ainda na aferição a clareza, correção e organização da escrita.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Faculdade Nacional de Direito  
Programa de Pós-Graduação em Direito

**Questão 3) Discorra sobre hipervulnerabilidade tal como desenvolvido na obra “O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis” de Claudia Lima Marques e Bruno Miragem.**

**ESPELHO:**

Hipervulnerabilidade/ Vulnerabilidade agravada. Fraqueza. Idade. Saúde. Conhecimento ou Condição Social. Minoritários. Discriminados. Sofrem com massificação do consumo. Hipervulnerabilidade. Situação social fática e objetiva de agravamento de vulnerabilidade de uma pessoa consumidora por circunstâncias pessoais aparentes ou conhecidas do fornecedor. Ex: idade reduzida/ comida para bebês/ publicidade para crianças ou idade alentada. EPI. Publicidade de crédito para idosos. Situação de doente (caso do Glúten). Vulnerabilidade Geral do art. 4, I presumida para todos os consumidores. Hipervulnerabilidade: inerente é especial à situação pessoal de um consumidor. Pode ser permanente (prodigalidade, incapacidade, deficiência física ou mental) ou temporária (doença, gravidez, analfabetismo, idade). Atinge principalmente os vulneráveis mencionados na Constituição. Inclui outros fracos como minorias mais frágeis e os doentes. “Vulnus”: machucado, atacado por um mal. “Hyper”: aumento. Hipervulnerabilidade das pessoas com deficiência. Inclusão social. Proteger o hipervulnerável é proteger própria sociedade. Princípios da dignidade da pessoa humana, solidariedade. Min. Herman Benjamin. Proibição constitucional de antidiscriminação/ princípio da igualdade/ pleno desenvolvimento da personalidade.

**Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2024.**

**Comissão Executiva do Processo Seletivo de Mestrado**